

CLASSE 1 - FORO JUDICIAL - PROCESSOS

1-1	COMUNICAÇÃO PROCESSUAL	
1-1-1	CARTA DE ORDEM	
1-1-2	CARTA PRECATÓRIA	
1-1-3	CARTA ROGATÓRIA (INCLUSIVE TRADUÇÃO)	
1-2	PROCESSOS DA ÁREA CÍVEL	
1-2-1	EM GERAL	
1-2-1-1	Arrecadação das coisas vagas	
1-2-1-2	Carta de sentença	
1-2-1-3	Causas relativas à RCPN (averbação, cancelamento, investigação inoficiosa, registro tardio, retificação,...)	
1-2-1-4	Ação civil pública	
1-2-1-5	Conflito de atribuições	
1-2-1-6	Conflito de competência	
1-2-1-7	Conflito de jurisdição	
1-2-1-8	Declaratória	
1-2-1-9	Duplo grau obrigatório de jurisdição (reexame necessário) (INATIVO)	
1-2-1-10	Embargos (em matéria cível)	
1-2-1-10-1	Embargos à arrematação ou à adjudicação	
1-2-1-10-2	Embargos à execução	
1-2-1-10-3	Embargos de retenção	
1-2-1-10-4	Embargos de terceiro	
1-2-1-11	Especialização de hipoteca legal	
1-2-1-12	Exceção	
1-2-1-12-1	Exceção de impedimento	
1-2-1-12-2	Exceção de incompetência	
1-2-1-12-3	Exceção de suspeição	
1-2-1-13	Execução de título extrajudicial	
1-2-1-13-1	para entrega de coisa	

1-2-1-13-2	de obrigação de fazer	
1-2-1-13-3	de obrigação de não fazer	
1-2-1-13-4	por quantia certa contra devedor solvente / insolvente	
1-2-1-14	Extinção de usufruto e de fideicomisso (INATIVO)	
1-2-1-15	Habilitação de crédito (engloba quadro-geral de credores)	
1-2-1-16	Homologação de acordo	
1-2-1-17	Impugnação de crédito	
1-2-1-18	Impugnação	
1-2-1-18-1	ao valor da causa	
1-2-1-18-2	à gratuidade de justiça / à assistência judiciária	
1-2-1-19	Incidente de falsidade	
1-2-1-20	Mandado de segurança (inclusive desmembramento,...)	
1-2-1-20-1	Informações - mandado de segurança (INATIVO)	
1-2-1-20-2	Segunda via do mandado (INATIVO)	
1-2-1-21	Medida cautelar	
1-2-1-21-1	Arresto	
1-2-1-21-2	Arrolamento de bens	
1-2-1-21-3	Atentado	
1-2-1-21-4	Busca e apreensão	
1-2-1-21-5	Caução (real ou fidejussória)	
1-2-1-21-6	Exibição	
1-2-1-21-7	Homologação do penhor legal	
1-2-1-21-8	Medida cautelar inominada	
1-2-1-21-8-1	Sustação de protesto (INATIVO)	
1-2-1-21-9	Justificação	
1-2-1-21-10	Notificação e interpelação judicial	
1-2-1-21-11	Produção antecipada de provas/vistoria	
1-2-1-21-12	Protesto judicial	

1-2-1-21-13	Sequestro	
1-2-1-21-14	Outras medidas provisionais	
1-2-1-21-15	2-1-21-15- Sustação de protesto	
1-2-1-21-16	Posse em nome do nascituro	
1-2-1-21-17	Regulamentação de visitas	
1-2-1-21-18	Separação de corpos	
1-2-1-22	Oposição	
1-2-1-23	Pedido de intervenção	
1-2-1-24	Precatório (discriminativo, solicitação de verba, programação de pagamento)	
1-2-1-25	Prestação de contas (de tutores, testamenteiros, inventariantes, sócios e outros)	
1-2-1-26	Reclamação / correição parcial (art. 219 do CODJERJ) (INATIVO)	
1-2-1-27	Recursos	
1-2-1-27-1	Agravo de instrumento	
1-2-1-27-2	Agravo regimental	
1-2-1-27-3	Apelação	
1-2-1-27-4	Embargos infringentes	
1-2-1-27-5	Recurso especial (STJ)	
1-2-1-27-5-1	Agravo de instrumento de despacho denegatório em recurso especial	
1-2-1-27-5-2	Agravo de instrumento em recurso especial	
1-2-1-27-6	Recurso extraordinário (STF)	
1-2-1-27-6-1	Agravo de instrumento de despacho denegatório recurso extraordinário*	
1-2-1-27-6-2	Agravo de instrumento em recurso extraordinário	
1-2-1-27-7	Recurso inominado	
1-2-1-27-8	Recurso ordinário	
1-2-1-27-8-1	Agravo de instrumento em recurso ordinário	
1-2-1-27-9	Reclamação / Correição parcial (art. 219 do CDJERJ)	
1-2-1-27-10	Duplo grau obrigatório de jurisdição (reexame necessário)	

1-2-1-28	Repetição de indébito	
1-2-1-29	Requerimento	
1-2-1-30	Requerimento de alvará / alvará judicial	
1-2-1-31	Rescisória	
1-2-1-32	Restauração de autos	
1-2-1-33	Sub-rogação real	
1-2-1-34	Suspensão de execução - pedido (de medida cautelar, ação civil pública, liminar,...)	
1-2-1-35	Uniformização da jurisprudência / incidente de divergência	
1-2-1-36	Usucapião (INATIVO)	
1-2-1-37	Outras não especificadas	
1-2-1-38	Habeas corpus	
1-2-1-39	Servidão (constituição, negação, extinção)	
1-2-1-40	Insolvência civil (pedido,...)	
1-2-1-41	Execução de título judicial	
1-2-1-42	Extinção de obrigações	
1-2-1-43	Ação civil coletiva	
1-2-1-44	Herança jacente	
1-2-1-45	Mandado de segurança coletivo	
1-2-1-46	Ações que versem sobre propriedade	
1-2-1-46-1	Adjudicação compulsória	
1-2-1-46-2	Alienação judicial	
1-2-1-46-3	Aquisição de propriedade	
1-2-1-46-3-1	por acessão	
1-2-1-46-3-2	por usucapião	
1-2-1-46-4	Condomínio	
1-2-1-46-4-1	Condomínio em geral (Condomínio em edifício administração, alteração de coisa comum, assembléia, despesas condominiais, direitos / deveres do condômino, multa)	
1-2-1-46-4-2	Vaga de garagem	

1-2-1-46-5	Direito de vizinhança (assuntos referentes a uso nocivo da propriedade, posturas edilícias, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir)	
1-2-1-46-6	Divisão e demarcação	
1-2-1-46-7	Incorporação imobiliária	
1-2-1-46-8	Perda da propriedade	
1-2-1-46-9	Propriedade fiduciária	
1-2-1-46-10	Propriedade intelectual / industrial (desenho industrial, direito autoral, marca, patente, programa de computador)	
1-2-1-46-11	Propriedade resolúvel	
1-2-1-46-12	Ação de reivindicação	
1-2-1-46-13	Retificação de área de imóvel	
1-2-1-47	Usufruto	
1-2-1-48	Ações que versem sobre capacidade de pessoas naturais (inclui suprimento de capacidade de menores para fins de casamento)	
1-2-1-49	Nunciação de obra nova	
1-2-2	EM MATÉRIA DE ACIDENTES DE TRABALHO	
1-2-2-1	Acidentária	
1-2-2-2	Revisão / manutenção de benefícios	
1-2-3	EM MATÉRIA CÍVEL	
1-2-3-1	Adjudicação compulsória (INATIVO)	
1-2-3-2	Alienação judicial / locação e administração de coisa comum (INATIVO)	
1-2-3-3	Anulação e substituição de títulos ao portador (INATIVO)	
1-2-3-4	Anulatória / Ação de anulação	
1-2-3-5	Arbitramento de aluguel	
1-2-3-6	Arrendamento, oneração de bens dotais, de menores, de órfãos e de interditos	
1-2-3-7	Arrendamento rural e parceria agrícola	
1-2-3-8	Avaliatória de renda e danos	

1-2-3-9	Cobrança	
1-2-3-9-1	Cobrança de cota condominial (INATIVO)	
1-2-3-9-2	Cobrança de honorários	
1-2-3-9-3	Cobrança de seguros / acidente de veículos	
1-2-3-10	Consignação em pagamento	
1-2-3-11	Depósito	
1-2-3-12	Desconstituição de contrato (anulação, rescisão,...)	
1-2-3-12-1	Exoneração de fiança	
1-2-3-13	Desconstituição de títulos de crédito (cancelamento, anulação, nulidade)	
1-2-3-14	Despejo	
1-2-3-14-1	Despejo - por denúncia vazia	
1-2-3-14-2	Despejo - por falta de pagamento	
1-2-3-14-3	Despejo - por infração contratual	
1-2-3-14-4	Despejo - para obras	
1-2-3-14-5	Despejo - para uso de ascendente / descendente	
1-2-3-14-6	Despejo - para uso próprio	
1-2-3-15	Homologação de laudo arbitral	
1-2-3-16	Imissão de posse	
1-2-3-17	Indenizatória (danos materiais/morais - reparação, ressarcimento, responsabilidade civil)	
1-2-3-18	Monitória	
1-2-3-19	Negatória de renovação de contrato	
1-2-3-20	Núnciação de obra nova (INATIVO)	
1-2-3-21	Obrigações de dar / de fazer / de não fazer	
1-2-3-22	Obrigações de fazer (INATIVO)	
1-2-3-23	Obrigações de não fazer (INATIVO)	
1-2-3-24	Possessória	
1-2-3-24-1	Interdito proibitório	
1-2-3-24-2	Reintegração / Manutenção de posse	

1-2-3-24-3	Reintegração de posse (INATIVO)	
1-2-3-25	Reclamação trabalhista	
1-2-3-26	Reconhecimento / dissolução de sociedade de fato	
1-2-3-27	Reivindicatória (INATIVO)	
1-2-3-28	Renovatória (de contrato de locação de imóveis destinados a fins comerciais)	
1-2-3-29	Ressarcimento de danos - acidente com veículos em via terrestre	
1-2-3-30	Ressarcimento de danos em prédio urbano e rústico	
1-2-3-31	Revisão de aluguel	
1-2-3-32	Revisão de cláusulas contratuais (modificação,...)	
1-2-3-33	Revocatória	
1-2-3-34	Venda a crédito com reserva de domínio	
1-2-3-35	Conflito fundiário (rural / urbano)	
1-2-3-36	Busca e apreensão em alienação fiduciária	
1-2-4	EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL	
1-2-4-1	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	
1-2-4-2	Arguição de inconstitucionalidade	
1-2-4-3	Habeas data	
1-2-4-4	Mandado de injunção	
1-2-4-5	Representação de inconstitucionalidade	
1-2-4-6	Representação de inconstitucionalidade por omissão	
1-2-4-7	Representação interventiva	
1-2-4-8	Declaratória de constitucionalidade	
1-2-4-9	Outras ações de matéria constitucional	
1-2-5	EM MATÉRIA EMPRESARIAL	
1-2-5-1	Ações coletivas de consumo (previstas no Código de Defesa do Consumidor) (INATIVO)	
1-2-5-2	Ações societárias	
1-2-5-2-1	Conflito de controle acionário	

1-2-5-2-2	Distribuição de dividendos	
1-2-5-2-3	Dissolução de sociedade	
1-2-5-3	Causas relativas a mercado de capitais	
1-2-5-4	Causas relativas a direito marítimo	
1-2-5-4-1	Acidentes e fatos de navegação (engloba ratificação de protesto formado a bordo)	
1-2-5-4-2	Apreensão de embarcações	
1-2-5-4-3	Cobrança de frete e sobrestadia	
1-2-5-4-4	Perdas, faltas, extravios ou avarias à carga / navio	
1-2-5-4-5	Vistoria de cargas	
1-2-5-5	Causas relativas à propriedade industrial, intelectual e nome comercial (INATIVO)	
1-2-5-5-1	Contrafação (INATIVO)	
1-2-5-5-2	Usurpação de marca (INATIVO)	
1-2-5-6	Concordata (preventiva, suspensiva) (INATIVO)	
1-2-5-7	Execução de título extrajudicial - por quantia certa contra o devedor insolvente	
1-2-5-8	Execução de título judicial (INATIVO)	
1-2-5-9	Extinção das obrigações (INATIVO)	
1-2-5-10	Falência (requerimento)	
1-2-5-11	Inquérito judicial (INATIVO)	
1-2-5-12	Insolvência civil (pedido,...) (INATIVO)	
1-2-5-13	Liquidação extrajudicial	
1-2-5-14	Pedido de restituição	
1-2-5-15	Protesto interruptivo de prescrição (INATIVO)	
1-2-5-16	Verificação de livros	
1-2-5-17	Reabilitação	
1-2-5-18	Reserva de crédito	
1-2-5-19	Impugnação à nomeação do administrador	
1-2-5-19-1	à nomeação do comissário (INATIVO)	
1-2-5-19-2	à nomeação do síndico (INATIVO)	

1-2-5-20	Recuperação (inclusive plano e impugnação ao plano)	
1-2-5-20-1	recuperação judicial	
1-2-5-20-2	recuperação extrajudicial	
1-2-5-21	Ação de responsabilidade	
1-2-5-22	Extinção das obrigações do falido	
1-2-6	EM MATÉRIA DE FAMÍLIA	
1-2-6-1	Alimentos	
1-2-6-1-1	Acordo, pedido, oferecimento,...	
1-2-6-1-2	Alimentos provisionais	
1-2-6-1-3	Execução de prestação alimentícia	
1-2-6-2	Casamento	
1-2-6-2-1	Anulação / nulidade (casamento)	
1-2-6-2-2	Divórcio - direto, indireto (conversão de separação judicial) (INATIVO)	
1-2-6-2-2-1	Partilha de bens (em processo de divórcio) (INATIVO)	
1-2-6-2-3	Separação de corpos (INATIVO)	
1-2-6-2-4	Separação judicial - consensual, Litigiosa / restabelecimen+B229to da sociedade conjugal (INATIVO)	
1-2-6-2-4-1	Partilha de bens (em processo de separação judicial) (INATIVO)	
1-2-6-2-5	Suprimento judicial de casamento (consentimento/idade) (INATIVO)	
1-2-6-2-6	Inventário e partilha decorrente das relações de direito de família	
1-2-6-2-7	Regime de bens entre os cônjuges	
1-2-6-2-8	Dissolução de casamento	
1-2-6-3	Emancipação	
1-2-6-4	Medida cautelar (INATIVO)	
1-2-6-4-1	Arresto (INATIVO)	
1-2-6-4-2	Arrolamento de bens (INATIVO)	
1-2-6-4-3	Atentado (INATIVO)	
1-2-6-4-4	Busca e apreensão (INATIVO)	
1-2-6-4-5	Exibição (INATIVO)	

1-2-6-4-6	Inominada (INATIVO)	
1-2-6-4-7	Justificação (INATIVO)	
1-2-6-4-8	Sequestro (INATIVO)	
1-2-6-4-9	Outras medidas provisionais (INATIVO)	
1-2-6-5	Modificação de cláusulas (exoneração/majoração/redução/revisão de alimentos,...)	
1-2-6-6	Outorga conjugal ou vênia conjugal / autorização (venda de bens do casal)	
1-2-6-7	Paternidade/maternidade (investigação - cumuladas, ou não com as de petição de herança, alimentos; reconhecimento; anulatória; negatória, paternidade sócio afetiva)	
1-2-6-7-1	Anulatória (INATIVO)	
1-2-6-7-2	Negatória (INATIVO)	
1-2-6-7-3	Registro de nascimento (anulação,...) (INATIVO)	
1-2-6-8	Poder familiar	
1-2-6-8-1	Tutela / curatela (administração de bens de incapazes - alvará, nomeação e destituição de tutores / curadores, interdição)	
1-2-6-8-2	Posse, guarda e responsabilidade de filhos menores (acordo, inversão/revisão, reversão, revogação,...)	
1-2-6-8-2-1	Guarda compartilhada	
1-2-6-8-3	Suspensão e perda (destituição, extinção, restabelecimento,...)	
1-2-6-8-3-1	Nomeação e destituição de tutores (INATIVO)	
1-2-6-8-4	Alienação parental	
1-2-6-8-5	Usufruto e administração dos bens de filhos menores	
1-2-6-9	Posse em nome do nascituro (INATIVO)	
1-2-6-10	Regulamentação de visitas	
1-2-6-11	União estável/sociedade de fato - concubinato (reconhecimento, conversão em casamento, dissolução)	
1-2-6-12	Adoção de maior	
1-2-7	EM MATÉRIA DE FAZENDA PÚBLICA	
1-2-7-1	Ação popular	

1-2-7-2	Anulatória de ato administrativo (sem natureza tributária)	
1-2-7-3	Benefício de natureza pecuniária (concessão, conversão, cumulação, restabelecimento, revisão,...)	
1-2-7-4	Declaração de inexistência de obrigação tributária	
1-2-7-5	Desapropriação	
1-2-7-6	Desconstituição de crédito tributário	
1-2-7-7	Discriminatória	
1-2-7-8	Execução fiscal	
1-2-7-8-1	embargos (à arrematação ou à adjudicação, à execução - de devedor, à penhora, da dívida ativa - Lei 6830/80, de retenção e de terceiro) (INATIVO)	
1-2-7-9	Retrocessão	
1-2-7-10	Revisão de benefício previdenciário (INATIVO)	
1-2-7-11	Outras ações de conhecimento (matéria fazendária)	
1-2-7-12	Ação civil de improbidade administrativa	
1-2-7-13	Ações sobre Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	
1-2-7-13-1	Ações sobre a criação / instalação / prosseguimento / encerramento / limites do objeto - Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	
1-2-7-13-2	Ações sobre limites dos poderes de investigação / quebra de sigilo - bancário, fiscal, telefônico - Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	
1-2-7-14	Ações de domínio público (ordenação da cidade / plano diretor, patrimônio histórico / tombamento, privatização, terras indígenas, espaço aéreo)	
1-2-7-15	Ações que versem sobre genética / células tronco e vigilância sanitária e epidemiológica	
1-2-7-16	Servidão administrativa	
1-2-7-17	Indenizatória - responsabilidade da administração (dano ambiental / material / moral), reparação, ressarcimento.	
1-2-7-18	Outras ações de matéria tributária	

1-2-7-19	Ações que versem sobre FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	
1-2-7-20	Ações que versem sobre gestão de florestas públicas	
1-2-8	EM MATÉRIA DE INFÂNCIA, JUVENTUDE E DO IDOSO	
1-2-8-1	Adoção	
1-2-8-1-1	habilitação para adoção (inclusive as habilitações para adoção por estrangeiros)	
1-2-8-2	Alvará judicial (autorização de visita, de trabalho, de estágio laborativo, para ingresso e permanência de menores em eventos diversos, para viagem,...)	
1-2-8-2-1	Autorização de viagem (exterior) (INATIVO)	
1-2-8-2-2	Autorização de viagem (território nacional) (INATIVO)	
1-2-8-3	Busca e apreensão de menores	
1-2-8-4	Conselho tutelar (destituição de Conselheiro tutelar,...)	
1-2-8-5	Fiscalização de instituição de internação de menores	
1-2-8-5-1	Portaria verificatória (INATIVO)	
1-2-8-6	Guarda e responsabilidade de menor em situação irregular (acordo, inversão/revisão, reversão, revogação,...)	
1-2-8-7	Infrações administrativas (representação)	
1-2-8-7-1	Auto de infração (INATIVO)	
1-2-8-8	Medida cautelar inominada (INATIVO)	
1-2-8-9	Medidas protetivas (abrigo, afastamento do lar, procedimento para aplicação de medida protetivas - PAMP)	
1-2-8-10	Pedido de providências (requerimento do MP)	
1-2-8-11	Procedimento de ato infracional atribuído a adolescente (homologação de remissão, de arquivamento; representação)	
1-2-8-12	Registro de ocorrência / encaminhamento de menores (requerimentos diversos) (INATIVO)	
1-2-8-13	Representação cível (aplicação de medidas pertinentes aos pais ou responsável - art. 129 do ECA; por descumprimento de deliberação do Conselho Tutelar; fechamento de entidade, ...)	

1-2-8-14	Sindicância (verificação, apuração de denúncia, investigação,...)	
1-2-8-15	Tutela (menor em situação irregular)	
1-2-8-16	Medidas sócio-educativas (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional,...)	
1-2-9	EM MATÉRIA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES	
1-2-9-1	Bens de ausentes (declaração de ausência, direitos da personalidade, nomeação de curador, sucessão provisória, sucessão definitiva)	
1-2-9-1-1	Declaração de ausência (INATIVO)	
1-2-9-1-2	Declaração de ausência para fins previdenciários (INATIVO)	
1-2-9-2	Cancelamento / sub-rogação de cláusulas / gravames	
1-2-9-3	Execução de partilha (INATIVO)	
1-2-9-4	Habilitação de herdeiros (INATIVO)	
1-2-9-5	Interdição ou curatela (INATIVO)	
1-2-9-5-1	Levantamento de interdição (INATIVO)	
1-2-9-5-2	Remoção de curador (INATIVO)	
1-2-9-6	Inventário (partilha ou adjudicação)	
1-2-9-6-1	Adjudicação (INATIVO)	
1-2-9-6-2	Anulação de partilha ou de adjudicação	
1-2-9-6-3	Apuração de haveres	
1-2-9-6-4	Arrolamento	
1-2-9-6-5	Remoção de inventariante	
1-2-9-6-6	Inventário negativo	
1-2-9-6-7	Exclusão por deserção ou por indignidade	
1-2-9-7	Liquidação de firmas individuais (quando falecimento do comerciante)	
1-2-9-8	Sonegados / colação de bens	
1-2-9-9	Testamento (abertura, registro e cumprimento; revogação) e codicilo	

1-2-9-9-1	Anulação / Nulidade (testamento)	
1-2-9-9-2	Nulidade (INATIVO)	
1-2-9-9-3	Fideicomisso	
1-2-9-10	Tutela	
1-2-9-10-1	Remoção de tutor	
1-2-9-11	Petição de herança	
1-2-9-12	Revogação de doação	
1-2-9-13	Alvará objetivando recebimento de valores	
1-2-10	EM MATÉRIA DE REGISTRO PÚBLICO	
1-2-10-1	Consulta/dúvida (de tabeliães e oficiais de Registro Público)	
1-2-10-2	Divisão e demarcação de terras (INATIVO)	
1-2-10-3	Registro de títulos (dúvida inversa)	
1-2-10-4	Retificação contenciosa de registro	
1-2-10-5	Averbação, anulação / cancelamento, impugnação, retificação / vistoria, anotação e outros atos, de jurisdição voluntária, relativos a registros públicos (salvo os do Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Imóveis)	
1-2-10-6	Ações relativas a Registro de Imóveis	
1-2-10-6-1	Ações relativas a Registro de Imóveis em geral	
1-2-10-6-2	Lavratura / Retificação / Revogação de procuração	
1-3	PROCESSOS DA ÁREA CRIMINAL	
1-3-1	EM GERAL	
1-3-1-1	Carta precatória executiva	
1-3-1-2	Desaforamento	
1-3-1-3	Duplo grau obrigatório de jurisdição (reexame necessário) (INATIVO)	
1-3-1-4	Especialização de hipoteca legal (INATIVO)	
1-3-1-5	Exceção	
1-3-1-5-1	Exceção de incompetência	
1-3-1-5-2	Exceção de ilegitimidade de parte	

1-3-1-5-3	Exceção de litispendência	
1-3-1-5-4	Exceção de coisa julgada	
1-3-1-5-5	Exceção de suspeição / impedimento	
1-3-1-6	Execução penal	
1-3-1-6-1	Carta de guia ou de execução de sentença	
1-3-1-6-1-1	Comutação de pena, indulto (INATIVO)	
1-3-1-6-1-2	Conversão, progressão e regressão de regime (INATIVO)	
1-3-1-6-1-3	Livramento condicional (INATIVO)	
1-3-1-6-2	Carta de execução de sentença provisória	
1-3-1-6-3	Guia de medida alternativa	
1-3-1-6-4	Medida de segurança	
1-3-1-6-4-1	Cessaçãõ de periculosidade	
1-3-1-7	Habeas corpus (inclusive pedido de extensãõ e recursos)	
1-3-1-8	Incidentes	
1-3-1-8-1	Exame de dependência toxicológica	
1-3-1-8-2	Falsidade	
1-3-1-8-3	Insanidade mental	
1-3-1-8-4	Uniformização de jurisprudência	
1-3-1-9	Procedimento investigatório	
1-3-1-9-1	Auto de prisão em flagrante, inquérito policial, peças de informação, representação, notícia crime	
1-3-1-9-2	Termo circunstanciado	
1-3-1-10	Interpelação, justificação e notificação criminal	
1-3-1-11	Mandado de segurança (inclusive desmembramento,...)	
1-3-1-11-1	Informações - mandado de segurança (INATIVO)	
1-3-1-11-2	Segunda via do mandado (INATIVO)	
1-3-1-12	Medida cautelar	
1-3-1-12-1	Busca e apreensão	
1-3-1-12-2	Escuta telefônica	

1-3-1-12-3	Medidas assecuratórias	
1-3-1-12-4	Produção antecipada de provas	
1-3-1-12-5	Restituição de coisas apreendidas	
1-3-1-12-6	Sigilo bancário	
1-3-1-13	Notícia crime (INATIVO)	
1-3-1-14	Procedimento especial (INATIVO)	
1-3-1-15	Reabilitação	
1-3-1-16	Recursos	
1-3-1-16-1	Agravo	
1-3-1-16-2	Apelação	
1-3-1-16-3	Carta testemunhável	
1-3-1-16-4	Embargos (em matéria criminal)	
1-3-1-16-4-1	Embargos infringentes e de nulidade	
1-3-1-16-5	Protesto por um novo júri	
1-3-1-16-6	Recurso em sentido estrito	
1-3-1-16-7	Recurso especial (STJ)	
1-3-1-16-7-1	Agravo de instrumento de despacho denegatório em recurso especial	
1-3-1-16-7-2	Agravo de instrumento em recurso especial (INATIVO)	
1-3-1-16-8	Recurso extraordinário (STF)	
1-3-1-16-8-1	Agravo de instrumento de despacho denegatório em recurso extraordinário	
1-3-1-16-8-2	Agravo de instrumento em recurso extraordinário (INATIVO)	
1-3-1-16-9	Recurso ordinário*	
1-3-1-16-9-1	Agravo de instrumento em recurso ordinário	
1-3-1-16-10	Agravo regimental	
1-3-1-16-11	Recurso criminal ex officio (INATIVO)	
1-3-1-16-12	Agravo de instrumento (INATIVO)	
1-3-1-16-13	Recurso de agravo (execução penal)	
1-3-1-16-14	Revisão Criminal	
1-3-1-17	Restauração de autos	

1-3-1-17-1	Restauração de autos - crime de réu absolvido	
1-3-1-17-2	Restauração de autos - crime de réu condenado	
1-3-1-18	Revisão criminal (INATIVO)	
1-3-1-19	Outras não especificadas	
1-3-1-20	Reclamação / correição parcial (art. 219 do CODJERJ)	
1-3-2	CONTRAVENÇÕES (DECRETO-LEI Nº 3688/41, DECRETO-LEI Nº 6259/44)	
1-3-2-1	referentes à pessoa - arts. 18 a 23 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-2	referentes ao patrimônio - arts. 24 a 26 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-3	referentes à incolumidade pública - arts. 28 a 38 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-4	referentes à paz pública - arts. 39 a 42 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-5	referentes à fé pública - arts. 43 a 46 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-6	referentes à organização do trabalho - arts. 47 a 49 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-7	referentes à polícia de costumes - arts. 50 a 65 (Decreto-Lei nº 3688/41) e Decreto-Lei nº 6259/44	
1-3-2-8	referentes à administração pública - arts. 66 a 70 (Decreto-Lei nº 3688/41)	
1-3-2-9	Contrações previstas na Legislação Extravagante	
1-3-2-9-1	Contração da Lei nº 5553/1968 - Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal	
1-3-3	CRIMES	
1-3-3-1	Contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
1-3-3-1-1	Praticados por funcionário público - arts. 312 a 326	
1-3-3-1-2	Praticados por particular - arts. 328 a 337	
1-3-3-1-3	Contra a administração da justiça - arts. 338 a 359	
1-3-3-1-4	Contra as finanças públicas - art. 359 - A a H	
1-3-3-1-4-3	Deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar - art.359-F	
1-3-3-1-4-4	Ordenar ou autorizar à assunção de obrigação - art. 359-C	

1-3-3-1-4-5	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal - art. 359-G	
1-3-3-1-4-6	Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar - art. 359-B	
1-3-3-1-4-7	Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei - art. 359-H	
1-3-3-1-4-8	Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito sem prévia autorização - art. 359-A	
1-3-3-1-4-9	Ordenar despesa não autorizada por lei - art. 359-D	
1-3-3-1-4-10	Prestar garantia em operação de crédito sem contra garantia - art. 359-E	
1-3-3-2	Contra os COSTUMES	
1-3-3-2-1	contra a liberdade sexual - arts. 213 a 216	
1-3-3-2-2	sedução e corrupção de menores	
1-3-3-2-3	rapto - arts. 219, 220, 222	
1-3-3-2-4	lenocínio e do tráfico de pessoas - arts. 227 a 231-A	
1-3-3-2-4-11	Tráfico internacional de pessoas - art. 231 (Alterado pela Lei 11.106/2005)	
1-3-3-2-4-12	Tráfico interno de pessoas - art. 231-A (Incluído pela Lei 11.106/2005)	
1-3-3-2-5	ultraje público ao pudor - arts. 233 e 234	
1-3-3-3	Contra a FAMÍLIA	
1-3-3-3-1	crimes contra o casamento - arts. 235 a 240	
1-3-3-3-2	crimes contra o estado de filiação - arts. 241 a 243	
1-3-3-3-3	crimes contra a assistência familiar - arts. 244 a 247	
1-3-3-3-4	crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela - arts. 248 e 249	
1-3-3-4	Contra a FÉ PÚBLICA	
1-3-3-4-1	da moeda falsa - arts. 289 a 292	
1-3-3-4-2	da falsidade de títulos e outros papéis públicos - arts. 293 e 295	
1-3-3-4-3	da falsidade documental - arts. 296 a 305	
1-3-3-4-4	de outras falsidades - arts. 306 a 311	
1-3-3-4-5	das fraudes em certames de interesse público - art. 311-A	

1-3-3-5	Contra a INCOLUMIDADE PÚBLICA	
1-3-3-5-1	crimes de perigo comum - arts. 250 a 259	
1-3-3-5-2	crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos - arts. 260 a 262, 264 a 266	
1-3-3-5-3	crimes contra a saúde pública - arts. 267 a 285	
1-3-3-5-3-3	corrupção ou poluição de água potável - art. 271 - caput	
1-3-3-6	Contra a ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - arts. 197 a 207	
1-3-3-7	Contra o PATRIMÔNIO	
1-3-3-7-1	da apropriação indébita - arts. 168 e 169	
1-3-3-7-2	do dano - arts. 163 a 166	
1-3-3-7-2-2	dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico - art. 165	
1-3-3-7-3	do estelionato e outras fraudes - arts. 171 a 179	
1-3-3-7-4	do furto - arts. 155 e 156	
1-3-3-7-5	do roubo e extorsão - arts. 157 a 160	
1-3-3-7-6	receptação - art. 180	
1-3-3-7-7	da usurpação - arts. 161 e 162	
1-3-3-8	Contra a PAZ PÚBLICA - arts. 286 a 288	
1-3-3-9	Contra a PESSOA	
1-3-3-9-1	crimes contra a honra - arts. 138 a 145	
1-3-3-9-2	crimes contra a liberdade individual - arts. 146 a 154	
1-3-3-9-2-8	redução a condição análoga à de escravo - art. 149	
1-3-3-9-3	crimes contra a vida - arts. 121 a 128	
1-3-3-9-4	das lesões corporais - art. 129	
1-3-3-9-5	periclitamento da vida e da saúde - arts. 130 a 136	
1-3-3-9-6	rixa - art. 137	
1-3-3-10	Contra a PROPRIEDADE IMATERIAL	
1-3-3-10-1	crimes contra a propriedade intelectual - arts. 184 e 185	

1-3-3-11	Contra o SENTIMENTO RELIGIOSO E RESPEITO AOS MORTOS - arts. 208 a 212	
1-3-3-12	Crimes PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	
1-3-3-12-1	Abuso de autoridade (Lei nº 4898/65)	
1-3-3-12-2	Crimes contra o meio ambiente e patrimônio genético (Lei nº 4771/65 - Código Florestal; Lei nº 5197/67 - Proteção à fauna; Lei nº 6453/77 - Responsabilidade criminal por danos nucleares; Lei nº 6766/79 - Parcelamento do solo urbano; Lei nº 6938/81 - Política nacional do meio ambiente; Lei nº 7653/88 - altera os arts. 27, 33 e 34 da Lei nº 5197/67 - Proteção à fauna; Lei nº 7802/89 - Registro, classificação, controle, inspeção e a fiscalização de agrotóxicos e afins; Lei nº 7805/89 - Criação do regime de permissão de lavra garimpeira; Lei nº 9605/98 - Condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei nº 11105/2005 - Política Nacional de Biossegurança)	
1-3-3-12-3	Crimes contra a economia popular (lei nº 1521/51)	
1-3-3-12-4	Crimes contra o Estatuto da criança e do adolescente (Lei nº 8069/90; Lei nº 9975/2000 - acrescenta o artigo 244-A)	
1-3-3-12-5	Crimes contra a Lei de licitações e contratos da Administração pública (Lei nº 8666/93)	
1-3-3-12-6	Crimes contra a liberdade de manifestação do pensamento e de informação - inclui pedido de explicação e pedido de resposta (Lei nº 5250/67)	
1-3-3-12-7	Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 4729/65 - sonegação fiscal, Lei nº 8137/90 e Lei nº 8176/91)	
1-3-3-12-8	Crimes contra o Sistema Nacional de Armas (Lei nº 9437/97 e Lei nº 10826/2003)	
1-3-3-12-9	Crimes praticados por militares - Decreto-Lei nº 1001/69 (Conselho de Disciplina, Conselho de Justificação, ...)	
1-3-3-12-10	Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7716/89, 8081/90 - acrescentou o art. 20, 8882/94 - altera o art. 20 § 1º, 9459/97 - altera os arts. 1º e 20)	

1-3-3-12-11	Crimes resultantes da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante (Lei nº 9434/97)	
1-3-3-12-12	Crimes de tortura (Lei nº 9455/97)	
1-3-3-12-13	Crimes de trânsito (Lei nº 9503/97)	
1-3-3-12-14	Crimes e contravenções da Lei nº 4591/64 - Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias	
1-3-3-12-15	Crimes e contravenções da Lei nº 8245/91 (Lei nº 6649/79) - Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos	
1-3-3-12-16	Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/67, Lei nº 10028/2000)	
1-3-3-12-17	Defesa do consumidor (Lei nº 8078/90)	
1-3-3-12-18	Entorpecentes - uso indevido de drogas, tráfico ilícito (Lei nº 6368/1976 e Lei nº 11343/2006)	
1-3-3-12-19	Crimes Falimentares (Decreto-Lei nº 7661/45 - Revogado pela Lei 11.101/2005)	
1-3-3-12-20	Ato de improbidade administrativa (Lei nº 8429/92)	
1-3-3-12-21	Crimes da Lei nº 7347/85 - Disciplina a ação civil pública	
1-3-3-12-22	Crimes contra a propriedade industrial (Lei nº 9279/96)	
1-3-3-12-23	Programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas (Lei nº 9807/99)	
1-3-3-12-24	Ação de alimentos (Lei nº 5478/68)	
1-3-3-12-25	Proteção da propriedade intelectual de programa de computador (Lei nº 9609/98)	
1-3-3-12-26	Crimes eleitorais (Lei nº 4737/65, Lei nº 6091/74 e Lei nº 9504/97)	
1-3-3-12-27	Crimes contra o sigilo das comunicações telefônicas, de informática ou telemática (Lei nº 9296/96)	
1-3-3-12-28	Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos (Lei nº 9613/98)	
1-3-3-12-29	Crimes contra a organização dos serviços de telecomunicações, criação e funcionamento do órgão regulador (Lei nº 4117/62 e Lei nº 9472/97)	

1-3-3-12-30	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7492/86; quebra de sigilo das operações de instituições financeiras - Lei complementar nº 105/2001)	
1-3-3-12-31	Crimes contra o Estatuto do Idoso (Lei nº 10741/2003)	
1-3-3-12-32	Crimes contra a Lei nº 11101/2005 - regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária	
1-3-3-12-33	Crimes contra a Lei nº 9029/1995 - proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho	
1-3-3-12-34	Contravenção da Lei nº 5553/1968 - Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal (INATIVO)	
1-3-3-12-35	Crimes contra o mercado de capitais (Lei nº 4728/65)	
1-3-3-12-36	Crimes da Lei Nº 2252 / 54 - Dispõe sobre a Corrupção de Menores	
1-3-3-12-37	Crimes da Lei Nº 4947 / 66 - Fixa Normas de Direito Agrário	
1-3-3-12-38	Crimes Previstos na Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei Nº 8212 / 1991)	
1-3-3-12-39	Crimes Previstos no Estatuto do Torcedor (Lei nº10671 / 2003)	
1-3-3-12-40	Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social - Lei nº 7170/83	
1-3-3-12-41	Crimes relacionados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	
1-3-3-12-42	Crimes contra portadores de deficiência	
1-3-3-12-43	Crimes previstos na Lei nº 12663/2012 - Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013.	
1-3-3-12-44	Crimes previstos na Lei nº 12850/2013 - Dispõe sobre a organização criminosa.	
1-99	OUTROS DOCUMENTOS DO ACERVO ACUMULADO / EQUIVALÊNCIAS	
1-99-1	AÇÃO PENAL	
1-99-1-1	Ação penal (réu absolvido, extinção de punibilidade, prescrição)	

1-99-1-2	Ação penal (réu condenado - face a reabilitação e revisão, extinção de punibilidade em virtude de prescrição retroativa)	
1-99-2	AÇÃO DE PREFERÊNCIA	
1-99-3	ACUSAÇÃO DE CONTRAFÉ	
1-99-4	AGRAVO CÍVEL	
1-99-5	AGRAVO DE PETIÇÃO	
1-99-6	APELAÇÃO COMERCIAL	
1-99-7	ARGUIÇÃO DE RELEVÂNCIA	
1-99-8	ARREMATACÃO DE PRÉDIOS, MÓVEIS, JÓIAS E SEMOVENTE	
1-99-9	ARROMBAMENTO	
1-99-10	AUTENTICAÇÃO DE LIVRO DIÁRIO	
1-99-11	AUTOS DE EXPOSIÇÃO	
1-99-12	AUTOS SUPLEMENTARES	
1-99-13	AVALIAÇÕES ORIGINAIS	
1-99-14	BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	
1-99-15	CARTA DE SOLICITADOR	
1-99-16	CARTA TESTEMUNHAL	
1-99-17	CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR	
1-99-18	CONFISSÃO DE DÍVIDA (JURAMENTO D'ALMA)	
1-99-19	CREDENCIAÇÃO	
1-99-20	CREDOR RETARDATÁRIO	
1-99-21	DECLARAÇÃO (ENTREGA DE MENOR ÓRFÃO PARA INTERNAÇÃO POR NÃO TER CONDIÇÕES DE CRIÁ-LO)	
1-99-22	DECLARAÇÃO DE CRÉDITO	
1-99-23	DELEGAÇÃO DE PÁTRIO PODER	
1-99-24	DENÚNCIA	
1-99-24-1	Denúncia (réu absolvido, extinção de punibilidade, prescrição)	

1-99-24-2	Denúncia (réu condenado - face a reabilitação e revisão, extinção de punibilidade em virtude de prescrição retroativa)	
1-99-25	DEPÓSITO DE LETRAS	
1-99-26	DESIGNAÇÃO DE ADVOGADO	
1-99-27	DESISTÊNCIA	
1-99-28	DESQUITE	
1-99-29	DEZ DIAS (DECENDIAL)	
1-99-30	DILIGÊNCIA (PARA AUTORIZAÇÃO E CONVERTIMENTO DE TÍTULOS, PARA ELIMINAR CLÁUSULA DE MENOR, PARA ENTREGA DE MENOR, PARA INTERNAÇÃO)	
1-99-31	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	
1-99-32	EXAME DE SANIDADE	
1-99-33	EXAME DE SUFICIÊNCIA	
1-99-34	EXCUSSÃO DE PENHOR OU DE HIPOTECA	
1-99-35	EXECUÇÃO DE PENA DE ÁGUA	
1-99-36	MATRÍCULA	
1-99-37	FLAGRANTE - CÓPIA	
1-99-38	FORMAL DE PARTILHA / ADJUDICAÇÃO	
1-99-39	HONORÁRIOS DE ADVOGADO	
1-99-40	INFRAÇÃO DE POSTURAS	
1-99-41	INSTRUMENTO DE AGRAVO	
1-99-42	INSTRUMENTO DE EXECUÇÃO PENAL	
1-99-43	LEGALIZAÇÃO DE DÍVIDA	
1-99-44	LICENÇA PARA CASAMENTO	
1-99-45	MAIORIDADE	
1-99-46	MANDADO DE PAGAMENTO	
1-99-47	MEÇÃO DE BENS (CÍVEL)	
1-99-48	PEDIDO DE SINDICÂNCIA	
1-99-49	PREJULGADOS	

1-99-50	PROVISÃO PARA ADVOGAR	
1-99-51	QUEIXA CRIME	
1-99-51-1	Queixa crime (réu absolvido, extinção de punibilidade, prescrição)	
1-99-51-2	Queixa crime (réu condenado - face a reabilitação e revisão, extinção de punibilidade em virtude de prescrição retroativa)	
1-99-52	RECLASSIFICAÇÃO DE CARGOS	
1-99-53	RECURSO DE DÚVIDA	
1-99-54	RECURSO DE REVISTA	
1-99-55	REGISTRO TORRENS	
1-99-56	REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA	
1-99-57	REQUERIMENTO DE DÍVIDA	
1-99-58	REQUERIMENTO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA	
1-99-59	REQUERIMENTO PARA LEVANTAMENTO DE DINHEIRO	
1-99-60	REQUERIMENTO PARA VENDA DE BENS	
1-99-61	SOLDADA (MENOR RETIRADO DE ASILO DE ÓRFÃOS PARA PRESTAR SERVIÇOS DOMÉSTICOS MEDIANTE TERMO DE RESPONSABILIDADE - É ARBITRADA PELO JUIZ)	
1-99-62	SUBESTABELECIMENTO	
1-99-63	SUSPENSÃO DE ADVOGADO	
1-99-64	TERMO DE BEM VIVER	
1-99-65	UNIFICAÇÃO DE PENAS	
1-99-66	UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS	
1-99-67	VENDA DE QUINHÃO EM COISA COMUM	
1-99-68	VISTORIA / DEPOIMENTO AD PERPETUAM REI MEMORIAM	
1-99-69	CONFESSÓRIA	
1-99-70	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	
1-99-71	JULGAMENTO DE CÁLCULO DE IMPOSTO	
1-99-72	LIMITAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO	

1-99-73	PRISÃO ADMINISTRATIVA	
1-99-74	REENQUADRAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO	
1-99-75	TUTELA E CURATELA (INATIVO)	
1-99-76	DECLARAÇÕES DE MENOR	
1-99-77	VERIFICAÇÃO DE CRÉDITO	
1-99-78	CIRCUNDUÇÃO DE CITAÇÃO	
1-99-79	CESSÃO DE ESCRAVO	
1-99-80	CANCELAMENTO / BAIXA DE DISTRIBUIÇÃO	
1-99-81	TRANSLADO DOS AUTOS DE LIBELO (CÍVEL, DE HABILITAÇÃO E FILIAÇÃO, DE NULIDADE, POR DÍVIDA)	
1-99-82	HOMOLOGAÇÃO DE MEDIÇÃO / MEDIÇÃO AMIGÁVEL	
1-99-83	DETENÇÃO PESSOAL (INCLUSIVE MANDADO) - ÁREA CÍVEL	
1-99-84	INSINUAÇÃO DE DOAÇÃO	
1-99-85	RESTITUIÇÃO DE ARRAHAS (SINAL)	
1-99-86	AÇÃO DE SEGUROS	
1-99-87	CONFLITO DE JURISDIÇÃO (ÁREA CRIMINAL)	
1-99-88	AÇÃO REVISIONAL	
1-99-89	CURATELA ESPECIAL	
1-99-90	INCIDENTE DE EXECUÇÃO	
1-99-91	AÇÃO EXECUTIVA	
1-99-92	AUTO DE APRESENTAÇÃO	
1-99-93	CONFLITO DE COMPETÊNCIA (ÁREA CRIMINAL)	
1-99-94	(VAGO)	
1-99-95	EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO (ÁREA CRIMINAL) INATIVO	
1-99-96	EXCEÇÃO DA VERDADE	
1-99-96-1	Exceção da verdade (réu absolvido, extinção de punibilidade, prescrição)	
1-99-96-2	Exceção da verdade (réu condenado - face a reabilitação e revisão, extinção de punibilidade em virtude de prescrição retroativa)	

1-99-97	PROCESSO DESMEMBRADO	
1-99-98	RECURSO ADESIVO	
1-99-99	COMUNICAÇÃO DE ATO JUDICIAL	
1-99-100	COMUNICADO	
1-99-101	EXCEÇÃO DE LITISPENDÊNCIA (ÁREA CÍVEL)	
1-99-102	COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA	
1-99-103	RECURSO NO PROCESSO	
1-99-104	SOLICITAÇÃO	
1-99-105	SÚPLICA	
1-99-106	OFÍCIO	
1-99-107	AÇÃO DE HABILITAÇÃO	
1-99-108	COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA	
1-99-109	DELATIO CRIMINIS	
1-99-110	EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE	
1-99-110-1	Extinção de punibilidade (réu absolvido, extinção de punibilidade, prescrição)	
1-99-110-2	Extinção de punibilidade (réu condenado - face a reabilitação e revisão, extinção de punibilidade em virtude de prescrição retroativa)	
1-99-111	IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA (ÁREA CRIMINAL)	
1-99-112	PEDIDO DE RESTITUIÇÃO (ÁREA CRIMINAL)	
1-99-113	COMISSO	
1-99-114	HABILITAÇÃO INCIDENTE	
1-99-115	INTEMPESTIVIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO	
1-99-116	COMINATÓRIA	
1-99-117	PEDIDO DE CUMPRIMENTO JUDICIAL	
1-99-118	DEMOLITÓRIA	
1-99-119	EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL (INATIVO)	
1-99-120	ESCRAVATURA	
1-99-121	AGRAVO DE INSTRUMENTO	

1-99-122	SEDIÇÃO OU AJUNTAMENTO ILÍCITO - ART. 118 (CÓDIGO PENAL DE 1890)	
1-99-122-1	Sedição ou ajuntamento ilícito - art. 118 (Código Penal de 1890) (réu absolvido, extinção de punibilidade, prescrição)	
1-99-122-2	Sedição ou ajuntamento ilícito - art. 118 (Código Penal de 1890) (réu condenado - face a reabilitação e revisão, extinção de punibilidade em virtude de prescrição retroativa)	